



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1.981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1.981.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Romero Filho e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 16/81 do ICM às vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Meller, ocorrido nesta Capital.

O falecido era pessoa estimadíssima na comunidade, em razão dos seus dotes invulgares de honestidade e bondade, pelo que deixa familiares e amigos profundamente consternados.

nados.

Requer, ainda, que seja dado conhecimento do presente à família enlutada, à Rua Guaianazes, 516, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do Sr. JOSÉ SLOMP SOBRINHO, pessoa largamente estimada por extenso círculo de familiares e amigos, mercê das suas altas virtudes de homem e de cidadão exemplar.

Requer, ainda, que do presente seja dada ciência à digna família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao jornal "O PARANÁ", pelo seu 5.º ano de existência na Cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Cascavel vinha crescendo a passos largos e precisava contar com um jornal local que representasse os anseios desta comunidade, de repente surgiu nessa cidade um jornal independente que vem levando diariamente uma mensagem séria defendendo os interesses da sua comunidade, criticando e defendendo sem jamais, em momento algum, cair no lugar comum.

Cascavel está de parabéns por contar com este conceituado órgão de imprensa, que completou dia 15 p.p. o seu 5.º ano de existência.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos desta Assembléia, um voto de congratulações pelo "Dia do Assistente Social" comemorado no dia 15 transato.

Indiscutivelmente, deve a sociedade apresentar efusiva gratidão pelo trabalho que este dedicado filântropo profissional realiza na coletividade ajudando a melhor desempenhar sua função, bem como o indivíduo a compreender melhor sua situação e a encontrar solução para seus problemas.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão ao Conselho Regional de Assistentes Sociais.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do Editorial do jornal "O PARANÁ" do dia 15 de maio, bem como voto de congratulações pela passagem do

V aniversário de fundação.

O jornal "O PARANÁ" completa neste dia 15 de maio seu V aniversário, apontando como o matutino de maior circulação no Oeste e Sudoeste do Paraná, e um dos mais importantes da chamada zona rural brasileira.

Muito contribuiu com os ideais daquela região, inspirado na colonização que derrubou a mata e construiu aquela agricultura que sustenta o progresso e garante o futuro desta Nação.

Requer, envio de cópia ao jornal "O PARANÁ".

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor INGO HENRIQUE HUBERT, digníssimo Presidente da SANEPAR, solicitando implantação do sistema integrado de rede de distribuição de água e esgoto na Cidade de Jesuíta.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O recém criado Município de Jesuítas, tem na sua rede a maior concentração populacional, conforme o último senso realizado em 1.980.

Como se sabe, a sede não possui qualquer sistema de saneamento, nem há rede de água, embora existam no quadro urbano 1.200 (hum mil e duzentas) residências e 240 (duzentos e quarenta) estabelecimentos comerciais, além dos 5 (cinco) postos de serviço e derivados de petróleo, 3 (três) indústrias madeireiras, 6 (seis) beneficiadoras de café, 4 (quatro) farmácias, 2 (dois) hospitais e agências BAMERINDUS e BANES-TADO, laboratório de Análises Clínicas, posto de saúde, correio, Agência de Rendas etc.

Possui um largo sistema de comunicação, com centenas de aparelhos telefônicos DDD, implantado pela TELEPAR.

Basta dizer que era o Distrito de maior densidade populacional, e sua sede é maior que Formosa D'Oeste, da qual se desmembrou.

Nestas condições, há urgente necessidade da SANEPAR promover estudos e projeto para implantar o sistema integrado de rede de distribuição de água e também de esgoto na Cidade de Jesuíta.

Tratando-se de um município ainda não instalado, este requerimento é feito no sentido de que a comunidade possa já se familiarizar com a emancipação e comece a acreditar na nova realidade e também num dos sagrados princípios de que o homem é a meta da administração pública.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ ROBERTO PEGORARO, MD Presidente da COHAPAR, solicitando a construção de 50 casas populares para o Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A formulação deste pedido, prende-se à necessidade de dar-se aos moradores do Distrito de Quatro Pontes, melho-

res condições habitacionais.

É um direito industrial, e conta com várias obras de infra-estrutura.

Está em franco desenvolvimento econômico, contribuindo para o progresso do município e da região.

Considerando-se a respeitável importância que a construção destas moradias trarão a todos, é que aguardamos dos nobres colegas presentes, o devido apoio.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar gestões junto à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, a fim de ser regulamentada com urgência a legislação referente a contagem recíproca para os servidores do Estado do Paraná, conforme determina o Decreto Federal n.º 85805 de 30/03/81.

Tal solicitação se faz atendendo aos inúmeros apelos da laboriosa classe do funcionalismo público estadual, como também dos trabalhadores regidos pela Previdência Social de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença em nosso plenário, dos Srs. Vereadores Wilson Ataíde e Manoelino Rodrigues, do Município de Jaguariaíva.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Se alguém pensa que a Ferrovia da Soja é uma reivindicação recente está equivocado. O Paraná vem esperando por ela há praticamente um século, desde o tempo do Império. E, por mais incrível que possa parecer, quando estamos chegando ao século XXI, ainda não se pode ter nenhuma certeza nem de seu início, quanto mais da conclusão, em que pese a grande necessidade que a economia estadual tem dessa importante via de transporte, ligação entre as regiões produtoras com os terminais de escoamento, especialmente o Porto de Paranaguá".

O Partido Popular pretende não deixar o Governo Federal "esquecer o assunto", voltando sistematicamente à carga reivindicatória.

"O que nós pretendemos é manter o problema em evidência, para que a mobilização seja ostensiva e permanente.

Afinal, está mais do que provada a importância econômica dessa ligação ferroviária unindo uma rica região produtora com o Porto, e se nós, os paranaenses não estivermos insistentemente cobrando sua implantação, o Governo Federal continuará no prejudicial protelamento.

Além da integração estadual em termos de transporte mais econômico para nossa produção, a Ferrovia da Soja facilitará a conexão internacional com o Paraguai".

A estrada em questão proporcionará transporte mais barato e facilitado para toda a produção agrícola do Oeste paranaense.

"De acordo com informações que recebemos de agricultores e dirigentes de cooperativas o transporte ferroviário é de suma importância, mas atualmente os produtores não podem contar efetivamente com essa opção, porque a própria oferta de vagões é deficiente, portanto, mais um problema para o qual devemos chamar a atenção das autoridades. Quanto aos custos dos fretes (até o final do mês de maio o preço está

fixado em Cr\$ 2.000,00 a tonelada por via rodoviária), por caminhão são evidentemente mais caros, em torno de dezesseis por cento, valor que pode ser melhor avaliado se considerarmos que o Paraná movimentava milhões de toneladas anuais, ou seja, bilhões de cruzeiros em transportes”.

O início da construção da Ferrovia da Soja, fazendo os trilhos do escoamento chegarem até as margens do Rio Paraná, vem sendo constantemente adiado.

“A última promessa que temos do Governo Federal é que a construção deve começar em meados deste ano, faltando apenas os recursos que, a princípio deverão vir do Banco Mundial”.

“Todavia, pode ser adiado para o final do ano, meados de 1982, e assim indefinidamente, essa é a nossa preocupação”.

Há poucos dias o Ministro dos Transportes esteve no Paraná e falou dos problemas de transportes no Sul, acentuando que o Governo pretende aplicar cerca de Cr\$... 34.000.000.000,00 no programa de obras do Ministério nesta região, mas nada disso sobre a Ferrovia da Soja.

O “Plano Ferroviário Ministro Alves de Araújo”, aprovado em 1883, para ser executado pela “Cie chemins de Fer” no Paraná já incluía esta que hoje chamamos de Ferrovia da Soja.

“O Programa da Companhia Geral da Estrada de Ferro Brasileira, quando da construção da ligação Paranaguá-Curitiba, já definia seu prolongamento até a Foz do Rio Iguaçu, nos limites do Império com as Repúblicas do Paraguai e Argentina.

Portanto, os paranaenses esperam pela estrada de ferro até o Oeste há cerca de um século, e hoje, mais do que nunca, ela se justifica”.

Continuando na história, em 1915 um artigo do jornal “Diário da Tarde” já evidenciava a necessidade da estrada “de enorme importância para o Paraná, que partisse de Ponta Grossa e demandasse o Rio Paraná, penetrando uma zona das mais ricas, terras que possuímos”.

Anos mais tarde um trabalho do comandante Didio Costa ressaltava essa importância da ferrovia que ele denominou de “Estrada do Paralelo Médio” (Paranaguá-Curitiba-Guarapuava-Foz do Iguaçu), destacando até que ela se impunha por uma questão de competição com os argentinos.

Dois trechos desse trabalho deixam clara a posição do seu autor: “a influência brasileira, principalmente pelo valor do País, material e historicamente, é inelutável nesta parte do hemisfério.

Entretanto, devemos coordenar com maior acerto o que anda disperso (...).

Se não podemos chegar antes dos argentinos à fronteira Iguaçu-Paraná pelos nossos caminhos, lá devemos chegar ao mesmo tempo, pelo menos.

É inadvertência de lesa-pátria não meditar o que a História nos ensina e não ouvir a palavra dos grandes homens”.

O Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, de 1975, no qual consta o estágio do projeto da obra: “trecho Guarapuava-Cascavel: desenvolve-se atualmente o projeto de engenharia final, com extensão estimada de 264,4 km.

Período de construção definido para 75/78, com recursos através do II PND.

Trecho Cascavel-Foz do Iguaçu: desenvolve-se atualmente o projeto de engenharia final.

Extensão prevista de 147,7 km. Não está contemplada com recursos do II PND.

Em 1974 a Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes concluiu pela viabilidade do trecho”.

“Numa época em que se procura maior agilização no escoamento das safras agrícolas ao lado de maior economia de combustíveis, é perfeitamente óbvia a conclusão de que

o Governo deve decidir-se pelo imediato início da construção da Ferrovia da Soja.

Por isso o Partido Popular vem trabalhando no sentido de mobilizar as classes paranaenses, fazendo mais pressão sobre as autoridades federais.

A implantação dessa ferrovia é imperiosa e inadiável, para o Paraná e para o País”.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O povo paranaense vive, presentemente, profundo trauma diante do espetáculo de corrupção que assiste. O suborno se tornou moda no processo político em nosso Estado. Aliás, este tem sido o comportamento tradicional do Governador Ney Braga, através dos anos. Corrompe com cargos, com dinheiro e com financiamentos bancários de juros paternalísticos, como se os cargos públicos e como se o dinheiro dos contribuintes fosse sua propriedade pessoal. A mostra está aí, em toda parte. Cada Secretário de Estado, e, sobretudo, o Secretário Extraordinário, por exemplo, semeiam cheques a mancheias, para prefeitos, clubes esportivos, sociedades recreativas, ou o mais que seja. Isto, aparentemente, estaria visando o bem coletivo, mas não passa, na verdade, de ânimo de corrupção simplesmente. Cargos e propinas são a isca para atrair carreiristas, oportunistas e aventureiros. Podem-se comprar consciências, mas não se encontram à venda pudor e vergonha, mercadorias que o governo não usa.

A corrupção é como o azeite que se espalha e que mancha, tudo contaminando.

Não é de admirar-se, por esse motivo, que tenha passado a ser norma de conduta em esferas administrativas inferiores. Os prefeitos estão se mirando no espelho do Governo Ney Braga e imitam-no com perfeição.

Vimos de ter um caso desse tipo em Umuarama.

Há um vereador-radialista, de nome José Grandi Russi, alcunhado Palha Roxa. Elegera-se pela antiga ARENA, e filiou-se, posteriormente, no PDS. Até aí, nada demais.

Ocorre que o Município de Umuarama sofrera agudo impasse diante da renúncia forçada do prefeito, eleito em 1976. O Governo Estadual encetou conversações, e exerceu pressões, a fim de que o vice-prefeito, então Deputado Tuguio Setogute, assumisse a chefia do Governo Municipal, sob a promessa de amplo apoio administrativo e financeiro. A realidade se mostrou bem outra. Tudo eram palavras, apenas palavras. O Sr. Tuguio Setogute ficou marginalizado, a enfrentar problemas de grande porte.

O Vereador José Grandi Russi, a essa altura criticou acerbamente o Governo Ney Braga, e rompeu com o PDS, sob os entusiásticos aplausos da população comovida. Ingressou, então, no PMDB, porque segundo ele, era o caminho certo que deveria ter seguido há muito tempo. Os peemedebistas locais exultaram com a decisão, e receberam confiantemente o Palha Roxa.

Transcorridos poucos meses, eis que surpreende-nos a edição de 06 do corrente da “Tribuna do Povo”, editado em Umuarama, quando ficamos sabendo que José Grandi Russi resolveu, bandear-se novamente para o PDS. Poderia fazê-lo por um motivo superior, de direito interesse coletivo. Isto porém, não ocorreu. O motivo foi de caráter subalterno, nitidamente fisiológico, que recomenda muito mal o “nobre” vereador junto à opinião pública.

Eis um significativo trecho do pronunciamento por ele feito ao mencionado e prestigioso jornal, e estampado na página 04 da edição de 09 do corrente:

Perguntando sobre possíveis “acertos” para seu retorno ao Partido Situacionista, Palha Roxa declarou: “não vou esconder

isso. O povo sabe, para que esconder? O povo não deve ser ludibriado, nem enganado. O pessoal sabe que têm filhos meus que trabalham na Prefeitura. Mas, não foi bem por isso que voltei ao partido. Voltei na intenção de ver Umuarama progredir, e o Prefeito Tuguio satisfeito, com muita força para a melhoria da cidade e de nossa região”.

São três os filhos do Vereador Russi empregados na Prefeitura, e a promessa do Prefeito é de melhoria do salário deles, como o próprio jornal especifica.

Se Palha Roxa faz um apelo ao PMDB para que compreendamos sua atitude, não há dúvida de que o atenderemos. Mostra ser bom pai, preocupado com o futuro de seus filhos. É pena, no entanto, que, em coisas de política, ele seja apenas ... fogo de palha ...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Ney Braga, através de seu Secretário da Segurança, Haroldo Ferreira Dias, respondeu à sociedade paranaense sobre a sua posição quanto ao terrorismo de direita em vigor no País.

Disse o Secretário da Segurança que as denúncias, as exigências de apuração de responsabilidade dos envolvidos, não passam de uma campanha articulada para denegrir a imagem do Exército e as instituições de uma forma geral. E mais, - classificou a morosidade nesta apuração como fato normal.

Irritado, o titular da Secretaria da Segurança do Governo Ney Braga, respondeu rispidamente aos repórteres quando estes insistiram em saber sobre o envolvimento de oficiais de Exército nas ações terroristas, como aponta a presença do Capitão Wilson e do Sargento Rosário na explosão das bombas do Rio-Centro.

Como vemos, Sr. Presidente, o Governo Ney Braga se associa àqueles que acreditam que os atentados terroristas não devem ser apurados de pronto ou, no mínimo, apurados com a morosidade que entendemos beneficia o terrorista e o terrorismo e mantém sob o manto da impunidade.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há como mascarar o que a imprensa coloca, com muita firmeza, a evidência do envolvimento de alguns militares no episódio do Rio-Centro. O acidente indicou as fontes. Há demonstrações claras que as versões fantasiosas do Secretário da Segurança Pública do Rio não conseguem afastar. Toda a sociedade brasileira se apercebe de que os bolsões radicais mais sinceros, como são tratados os terroristas de direita incrustados no aparelho repressivo, são os responsáveis pelos atentados.

Perguntamos, por que o Capitão Wilson, envolvido no acidente é mantido em silêncio, quando os boletins médicos afirmam que está lúcido, em condições de explicar o que aconteceu?

Por que são apreendidos os jornais da imprensa alternativa que apresentam estas evidências do envolvimento do aparelho repressivo?

Por que as autoridades policiais e militares evidenciam sua preocupação em mascarar os fatos?

Por que alguns políticos, entre eles o Secretário Haroldo Ferreira Dias, pelo Governo Ney Braga, procuram afastar a evidência do envolvimento de alguns militares no terrorismo de direita?

Sr. Presidente, vamos contrastar, e é importante que se faça isso no início desta semana, estas posições com as evidências, suficiente para que se mantenha a idéias da participação desses setores.

Sem reviver fatos concretos, seria inadmissível trazermos como evidente esta participação.

Primeiro, Sr. Presidente, por que o General Muniz, Secretário da Segurança Pública do Rio Janeiro, começou fornecendo uma informação que não foi depois confirmada? A de que um certo “comando delta” havia avisado, ao telefone, que existiam bombas no Rio-Centro e que por isso os homens dos órgãos de segurança foram para o local? O General imaginou até um diálogo entre o Sargento Rosário e o Capitão Wilson, excursionando pelo reino da fantasia para defender, com espontânea solidariedade corporativa, aqueles acusados de terrorismo.

Segundo, quantas bombas havia no Puma do Capitão Wilson e Sargento Rosário: O detetive Humberto Guimarães que, em poucos minutos chegou ao Rio-Centro, informou aos jornalistas que duas bombas haviam sido achadas e desativadas dentro do carro. A informação foi confirmada depois pela 16a. Delegacia. No dia seguinte veio o desmentido formal do 1.º Exército, acompanhados de desmentidos de um setor da imprensa; setor que inclusive, pela televisão, registrara a existência de mais bombas e de que depois tentara desmentir dizendo que se tratavam de apenas bombas de efeito moral.

Terceira indagação, Sr. Presidente, por que o Capitão Wilson, ao ser socorrido, nada falou sobre o atentado? As pessoas que socorreram o Capitão Wilson, entre elas a neta do Senador Tancredo Neves, do PP, disseram que o Capitão estava lúcido, ajudando inclusive a indicar o caminho para o Hospital.

Mas negou-se a falar sobre o ocorrido. Um dos integrantes da equipe médica que atendeu ao Capitão Wilson declarou à imprensa que ele apenas disse: tudo saiu errado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Alguém atingido num acidente ou por um atentado de outro grupo, de outra pessoa, de outro setor, não diria de plano, quando pedisse socorro à ocorrência que ocasionara tais graves ferimentos? Porque o Capitão ainda lúcido indicando o caminho do hospital se negava a dizer qual teria sido a causa que deixara ele naquele estado?

Quarta questão, Sr. Presidente. Por que o Rio-Centro não estava policiado na noite do atentado por entidade que promovia o “show” no Rio-Centro foi deslocado para a supervisão dos guichês, assim mesmo conseguiu chegar ao local da explosão logo depois. E interceptou quatro carros que procuravam sair às pressas do local, nos quatro carros estavam pessoas com carteiras do Ministério do Exército, que se identificaram como “Gente da Casa” surpreendidos, preferiram ficar no local, para isolar a cena da explosão. Por que isso, Sr. Presidente, não é indício?

Quinta questão: - a quem pertence ou pertencia o Puma explodido? O Pai do Capitão Wilson negou que seu filho fosse proprietário do Puma. A chapa do veículo era fria, um expediente normalmente usado pelo CODIDOI, em suas operações, segundo disse à imprensa o colega do Capitão Wilson, Capitão Souza Pinto.

Poderíamos aqui desfilarmos outros indicativos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mas estes são os indícios suficientes para o que até no direito comum é consagrado para formalizar o início do processo de culpa de qualquer indiciado. Todos sabem que a lógica processualística determina, que o conjunto de indícios significa muito mais do que apenas indícios, já têm efeito probatório, já são a prova concreta, isso está no direito e está no Código de Processo Civil ou no Código de Processo Penal.

E se nós relembramos aqui estes indícios, exatamente é para analisar o que disse, na sua entrevista tumultuada à imprensa, o Coronel Haroldo Ferreira Dias, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se indícios, no seu conjunto podem levar a efeito probatório de nada vale o direito, as leis, quando elas são aplicadas de forma unilateral, quando são usadas apenas para quem detém o poder. Assim é que em vez de apurar o caso Rio-Centro, nesta mesma semana a

Polícia Federal se dedicou a confiscar jornais que confiscavam o assunto. Para a Polícia Federal, para o Governo, a principal preocupação não é destruir os bolsões radicais mais sinceros, da direita, enfimismo para terroristas de direita; é apreender jornais da imprensa que procura ser livre.

Para o Secretário da Segurança, Haroldo Ferreira Dias, do Governo Ney Braga, qualquer iniciativa em relação ao caso Rio-Centro é apressada. E devemos ficar a espera talvez de novas bombas, de novos atentados, de novas ações covardes que se escondem na impunidade; para então explodir neste País o caos incontrollável, que se prepara na medida em que os cidadãos brasileiros já não têm esperanças, de que os terroristas, os responsáveis, cheguem às barras dos tribunais, para responder por crimes tão hediondos, como o assassinato da Secretária da OAB, Lídia Monteiro; a mutilação de funcionários da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; e mais de 100 outros atentados terroristas, até agora impunes.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez com um otimismo exagerado, que o Governo Ney Braga ficasse ao lado dos democratas, exigindo o fim do terrorismo de direita que, certamente, pretende, apenas por obstáculos à conquista de amplas liberdades políticas no País.

A omissão que reclamávamos na semana passada, através de nossos pronunciamentos, do pronunciamento do Deputado Lineu Turra, do Deputado Darcy Deitos, do Deputado José Domingos Scarpelini, e outros companheiros de bancada, essa omissão termina. Termina porque, Sr. Presidente, a declaração do Secretário Haroldo Dias nos indica, agora, que o Governo Ney Braga prefere que tudo continue como está, e que haja calma, paciência.

E a história nos mostra: quem está no Poder e dele se beneficiando, sempre procura fazer que as coisas continuem da mesma forma, sem mudanças, por mais que isso represente a presença de ameaças à abertura política, à democracia que queremos e à liberdade que sonhamos entre nós.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Friedrich, eu ouvi com atenção o que Vossa Excelência explanou da tribuna.

Já é um assunto bastante conhecido de nós todos e do Brasil todo, através da imprensa, em todos os níveis, e Vossa Excelência volta, nesta nova semana, a insistir novamente na mesma tecla, a bater na mesma tecla, que seria a omissão, e, agora, de uma forma jocosa, Vossa Excelência quer dizer que esta omissão acabou, com as declarações publicadas na imprensa, do Secretário da Segurança.

Deputado Nelson Friedrich, acho que Vossa Excelência comete, novamente, um engano.

Vossa Excelência tenta, novamente, forçar uma situação: Vossa Excelência tenta verificar e ver os fatos sob a sua ótica, que interessa a Vossa Excelência e ao seu Partido político.

E nós, mais uma vez, Deputado, voltamos a apartear Vossa Excelência e os elementos de seu Partido, para discordarmos dessa colocação. Porque, se nós analisarmos sem paixões, sem parcialidades o que falou o Secretário da Segurança, ele falou como um homem do estado de direito, um homem que vê as coisas da forma legal, que espera o resultado de um inquérito; que espera o resultado de uma legislação - se bem ou mal, não vem ao caso analisarmos, se excepcional ou não, mas é a que nós temos atualmente - dentro dessa legislação, estão verificados os fatos que interessam, acredito, aqui particularmente, interessam a todos: interessa ao seu Partido, interessa ao nosso Partido, interessa ao Governo, e, sobretudo, à opinião pública nacional.

E não poderá, jamais, pelas circunstâncias com que se deram os fatos, em primeiro de maio, ficarem simplesmente esquecidos.

Acho que Vossa Excelência pode ficar despreocupado, porque não haverá hipótese nenhuma de que estes fatos perigosos, importantes, que realmente abalaram todo o processo de abertura político-brasileiro, que estava em amplo e sério andamento, foram abalados com os fatos.

Agora, acredita Vossa Excelência, se o Governador Ney Braga, se o Secretário da Segurança estão ciosos, estão preocupados em que as coisas se tornem normais, e os resultados venham à tona, normalmente, é porque eles realmente sabem, como nós todos sabemos, Deputado, que é um fato bastante delicado, bastante importante.

E eu quero, Deputado Nelson Friedrich, que este fato não venha, absolutamente, a interferir nestes ventos liberalizantes que o País tem sentido, nos últimos tempos.

E acho, se Vossa Excelência, se seu Partido, a nível federal e estadual, procurarem, talvez com estocadas mais fortes, imprimir um ritmo que fuja à normalidade, para que se apurem esses fatos, poderemos ter, Deputado, o que ninguém quer, uma fechadura novamente, neste País.

Poderemos ter um retrocesso que ninguém quer, que não interessa a ninguém.

Acho que devemos dar um pouco de tempo ao tempo. Depois que se esgotarem os prazos razoáveis, o Capitão que Vossa Excelência citou, está com os bolétins médicos dados como em recuperação, não temos condições de afirmar que ele está em condições de depor. Não temos condições.

E se usarmos, como Vossa Excelência usa tão bem, na tribuna, com a inteligência que é tão própria de Vossa Excelência, em distorcer os fatos, podemos dizer o seguinte: se Vossa Excelência coloca, como tem colocado, que é culpa realmente das Forças Armadas, que os homens estavam lá representando as Forças Armadas, poderia dizer a Vossa Excelência, forçando a situação, que eles já foram punidos: um com a morte, e outro com o fato de estar mutilado. Essa é uma forma de encarar os fatos.

Então, pediria, nobre Deputado, que todos nós, democratas, de Oposição, de Situação, ou de qualquer colocação ou coloração política, tenhamos talvez um pouco mais de paciência.

Esgotados, isto sim, os prazos normais e viáveis, para que o inquérito apure os fatos, se dê a todos nós Deputados, - eu e Vossa Excelência, estaremos na mesma tribuna, a cobrar dos órgãos responsáveis - os resultados que eles não devem a nós, mas devem a toda a Nação brasileira.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte.

Apenas gostaria de me aprofundar um pouco em cima dos dados, dos detalhes, do aparte do nobre Deputado Gabriel Sampaio.

De plano é preciso dizer que não estou fazendo deduções, estou fazendo afirmações.

Dedução é óbvio que tiramos quando o Secretário diz o seguinte:

“As denúncias e acusações de envolvimento de oficiais das Forças Armadas, nos atos terroristas, registrados nos últimos tempos, no Brasil, notadamente em relação à explosão de bombas no Rio-Centro, não passam de uma campanha articulada para denegrir a imagem do Exército e as instituições, de uma forma geral.

O Sr. Gabriel Sampaio — É a opinião dele, Deputado, como a sua é o contrário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ele ainda diz mais, ao ser indagado sobre a onda de terrorismo que assola o País, não se conteve, em altos brados disse pensar que a entrevista versava sobre o atentado a João

Paulo II e não sobre acontecimentos verificados no Brasil.

Sr. Presidente, é óbvio, quando há uma preocupação muito grande em tentar já condenar essas denúncias, com o objetivo de denegrir, de que lado está essa posição?

Que tipo de afirmação é essa que faz o Secretário, quando diz que está preocupado, sim, que as denúncias possam denegrir?

Ora, Sr. Presidente, parece evidente, a conclusão lógica, qual é o caráter, a afirmação do titular da Secretaria de Segurança do Estado?

A ótica não é minha, Deputado Gabriel Sampaio, de vir aqui cobrar. Hoje, os principais periódicos, os principais elementos que possam estar elaborando o pensamento neste País, desde os grandes intelectuais, os grandes colunistas políticos, todos são unânimes em colocar com clareza esse aspecto da ausência de firmeza, na cobrança dessa situação de não ter se aproveitado dos indícios, dos indicadores, que poderiam levar, pela primeira vez, à apuração dos fatos.

Acreditar em inquérito, Sr. Presidente, precisamos ter muito boa vontade. São mais de cem atos terroristas, nos últimos anos no Brasil, e nenhum teve inquérito concluído e com os responsáveis realmente punidos. Nenhum. É exigir paciência de um povo que não tem mais paciência.

Sr. Presidente, estamos realmente preocupados com essa situação, e por isso voltamos ao assunto, com todos os riscos, engana-se Vossa Excelência quando pretende tirar ilações do nosso pronunciamento contra as Forças Armadas.

O que dissemos na primeira vez, nossos Colegas disseram e vamos repetir que entendemos que existem bolsões infiltrados num poder paralelo dentro do poder e do Governo, e que querem realmente o retorno ao grande tunel do obscurantismo.

Sr. Presidente, não podemos neste País e neste instante, ignorar que pela vez primeira tivemos o fio e a meada da questão e quem diz que um dos envolvidos está lúcido, são os noticiários da imprensa, inclusive com a afirmação clara dos boletins médicos de que está lúcido e em condições de explicar o que aconteceu, e porque não permanecê-lo no atendimento médico de que estava quando a imprensa, tendo obstruída a sua ação, mas ao menos estava lá diariamente de plantão, porque essa preocupação de tentar evitar que a comunidade brasileira, a Nação brasileira, acompanhasse "pari passu" todos os dias, todos os acontecimentos?

O Sr. José Tavares – Deputado, Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH – Termino e doi o aparte a Vossa Excelência, em resposta a Gabriel Sampaio no seu aparte.

Gostaria de dizer aqui, Sr. Presidente, que nos preocupam as frases de efeito. Quando o Presidente João Baptista Figueiredo diz que nem duas mil bombas acabam com a abertura e acabarão com o seu processo, não precisam duas mil. Outras que explodiram antes do tempo, já estão abalando o processo político de abertura. Não são duas mil. Não queremos frases de efeito. Queremos ação e efeito.

Ora, Sr. Presidente, retrocesso é nos calarmos, retrocesso é a Nação brasileira se acovardar e não exigir a responsabilidade...

O Sr. Gabriel Sampaio – Deputado, Vossa Excelência não está...

(Vozes superpostas)

O SR. DARCY DEITOS – Sr. Presidente, pela ordem.

Solicito a Vossa Excelência que assegure a palavra ao orador.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Gostaria de concluir, porque dei o aparte e fiquei silenciado.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Está assegurada a palavra ao orador.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos, e quem não sabe? Ora, fechar os olhos para a verdade é endossar a mentira. Quem não sabe e não sente que os atentados terroristas possuem diversos e múltiplos objetivos e sem dúvida, há um conjunto de algos que se quer atingir.

É o processo de abertura política, é a própria ação do Presidente, mas, mais do que isso, também é a estima de toda a classe política, de todos os políticos, e não só da Oposição que tem sido grandes alvos de atentados terroristas e todos os tipos de ameaça.

Mas, não são os políticos da Oposição só, alvos. É toda a classe política: é o Sr. Governador Ney Braga, é o Secretário de Segurança, são todos os Srs. Deputados, os Vereadores, é toda a Nação brasileira.

O que acontecerá com os retrocessos políticos, quem não sabe?

Teremos varrido da vida brasileira, mais uma vez, os políticos em primeiro plano. É sobre eles que virá a cassação. Congressos fechados, o poder realmente capenga cada dia mais ou senão, ficaremos como pessoas e personalidades inexpressivas no processo político.

Então, mais do que todos os outros setores da comunidade brasileira, cabe à classe política sair à frente, porque nesse instante, nós não cobrarmos todo o dia é admitir, efetivamente, que esse processo de abertura se rompa com toda a veemência daqueles que não querem o prosseguimento do caminho democrático e todos querem prosseguir.

Sr. Presidente, é por isso que queremos resgatar a autoridade e a importância de se apurar aqui e agora, como disse, porque pela primeira vez, num caso concreto, temos o fio e temos a meada.

Tem o aparte o Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares – Nobre Líder, acho que a missão que está sendo destinada ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, é uma missão muito ingrata e muito difícil.

Defender o Governo num momento como esse, em face de fatos como esse, acho que é uma missão realmente ingrata, porque se já houveram neste País em torno de mais ou menos cem atentados terroristas, e em nenhum deles se chegou à autoria e descobriu os autores e puniu os mesmos, e neste agora do Rio-Centro, acho que desmascarou.

Desmascarou não só o Governo, não só as palavras demagógicas do Presidente Figueiredo, como também as próprias forças armadas que, no meu entendimento, está realmente abaixo da crítica, hoje, perante a comunidade brasileira.

Quando o Sr. General Gentil Marcondes se expõe ao ridículo de condecorar um terrorista dentro das suas próprias fileiras, que é o sargento que morreu nesse atentado. O que ele sargento e esse capitão, que deveria ter tido o mesmo final, o mesmo fim do sargento, estavam fazendo com duas ou três bombas dentro de um carro:

Desbaratinado, placa frita, muito próprio dos agentes do DOI-CODI que eu conheço, estavam fazendo no Rio Centro naquela tarde?

Estavam a fim, Deputado Gabriel Sampaio, de matar milhões de pessoas inocentes, e Vossa Excelência ainda vem defender este tipo de atitude?

É uma missão ingrata de Vossa Excelência, realmente, causa espanto ouvir isso de Vossa Excelência aqui. Acho que o Governo já está passando da hora de demonstrar que o povo está consciente deste momento. Chegou o momento do Governo reconhecer seus erros e dizer publicamente que, dentro das Forças Armadas, existem movimentos terroristas, sim senhor.

Vossa Excelência coloca muito bem, este atentado do Rio-Centro, este atentado veio desmascarar, este atentado veio derrubar uma cortina que estava tampando os olhos da comunidade brasileira, através dos homens que são responsáveis pela nossa segurança interna.

E, quando vejo uma declaração como desse Secretário de Segurança, a mim também não causa espanto algum. Ele é um oficial do exército, é um homem do sistema, ele tem que defender, evidentemente, a sua instituição, e ela não está sendo denegrida, não.

São eles mesmos, com atitudes como esta do General Gentil Marcondes, como declaração como esta do Secretário Coronel, é que denigrem, é que põem ao desrespeito e ao descrédito uma instituição.

A impunidade, neste País, tem sido a grande causadora desta onda de violências que hoje está esparramando terror junto à sociedade brasileira.

Vossa Excelência está de parabéns.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, Deputado, principalmente porque Vossa Excelência traz uma visão mais evidente, sob a sua ótica, conhecedor de detalhes, inclusive da formação desses agrupamentos.

E quem não sabe a origem dos próprios "DOI-CODI" que foram inspirados, onde? Nos mecanismos usados pela Inglaterra, na exploração de suas ex-colônias, nos mecanismos utilizados pela França, na sua presença na Indochina, e os mecanismos usados principalmente pelos Estados Unidos, no Sudoeste de Asaki.

E é óbvio que lá buscaram a inspiração e fizeram disso uma polícia social tão temida e tão predatória à vida humana e social da coletividade brasileira, como de outros países.

Inclusive como na época com reservas do exemplo que tivemos no próprio Irã, ou a polícia social de Portugal na época de Salazar, ou as outras polícias sociais que todos conhecemos, de triste memória.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa comunica que Vossa Excelência tem um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de solicitar a Vossa Excelência o horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Nelson, não é de se estranhar do Secretário Coronel Haroldo Ferreira Dias, porque afinal de contas ele fala em nome do Governo, e sabemos que Ney Braga apoiou o golpe militar de 64, ao lado de Magalhães Pinto e tantos outros.

É preciso identificar a posição do Governador do Paraná — é a favor de uma retransa ou de um jogo ofensivo? É difícil. Fechadura ou abertura, nobre Deputado?

É muito difícil saber a posição do Governador do Paraná, porque normalmente ele sempre esteve em cima do muro, a não ser no episódio de 64.

Acabar com o terrorismo no Brasil, nobre Deputado, é desativar os DOI-CODI, organismos de repressão do exército e Figueiredo, apesar da solidariedade da sociedade brasileira, nada fez e nada fará, pois antes de ser Chefe da Nação, ele é o Chefe Maior das Forças Armadas. Figueiredo não tem forças para exonerar os Generais do Primeiro e Segundo Exército. Ele sabe que assim agindo será derrubado do Governo, dentro de um novo golpe, dentro do golpe.

Não concordo com os gestos de apoio da Oposição, e principalmente do meu Partido, o PMDB. Discordo deste apoio ao Presidente Figueiredo. O PMDB deve continuar

exigindo a apuração dos fatos.

Não podemos esperar que Figueiredo vá exigir que se esclareçam esses fatos. Mas, o Governo tem tanta sorte, que o atentado ao Papa serviu para desviar um pouco a atenção da opinião pública brasileira. Até nisto o nosso Governo tem sorte.

Mas, os cento e vinte milhões de brasileiros sabem que os organismos oficiais de terrorismo foram revelados. Mas Figueiredo não tem peito para desativar os DOI-CODI e punir os seus irmãos de farda, que estão enxovalhando as Forças Armadas, que afinal devem ser preservadas como instituição neste País.

Acredito que devemos preservar os verdadeiros oficiais federais nacionalistas das Forças Armadas.

Enfim, nobre Deputado, "família que joga bomba unida, permanece unida".

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

Gostaria de, em cima do que disse o Deputado Fiori Luiz, acrescentar que, na nossa opinião, o apoio que o Partido dera foi específico e também condicionante, porque foi com o objetivo de dar à Presidência, mais reforço da comunidade brasileira para apuração aqui e agora.

E que, em seguida, a nota que veio da Presidência da República, que o próprio Presidente do PDS José Sarney não teve coragem de ler de público, entregou tão somente, esfriou este posicionamento, este apoio, porque ele foi muito frágil, muito tênue, porque não colocou à autoridade, a firmeza que a Nação brasileira esperava do Presidente da República.

E quando aqui Vossa Excelência colocou que o atentado ao Papa desviou um pouco a opinião pública, cabe a nós, inclusive, lembrar e registrar que a mesma mão que atenta contra o Papa João Paulo II, é a mesma mão que faz os atentados também neste País, porque é a mão que não quer a fraternidade, que não quer a liberdade, nem os direitos humanos e nem a justiça social. É a mesma mão estranguladora do processo de libertação do homem que atinge Sua Santidade, como atinge na OAB, como tenta se fazer um massacre coletivo, como poderia acontecer no Rio Centro. É a mesma mão.

Portanto, há que se fazer ligação, não distanciá-las, porque a opinião pública precisa, aqui e em qualquer parte do mundo, exatamente reagir contra isso, porque entendemos que são os mesmos objetivos, as mesmas pretensões, as mesmas intenções de pessoas que não querem conviver com uma sociedade fraterna, uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais cristã, e acima de tudo, com respeito aos direitos humanos.

Estes são os crimes dessas pessoas, por isso são atingidas.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado. Apenas uso a gentileza que Vossa Excelência faz em conceder-me o aparte, para corrigir uma injustiça. Tentar corrigir, pelo menos, uma injustiça que faz o nobre Deputado José Tavares, com relação ao Vice-Líder do PDS, Deputado Gabriel Sampaio.

Quando ele diz que a missão do Deputado Gabriel Sampaio é ingloria, é difícil, porque vem tentar defender o Governo neste episódio do Rio Centro. Quer dizer, nada mais falso, nada menos faltando de base do que essas afirmações.

O que o Deputado Gabriel Sampaio fez e qualquer um de nosso Partido faria, era defender o posicionamento de um auxiliar do Governo Ney Braga. no caso o Secretário da Segurança.

E, como qualquer cidadão, não desconhece nem pode desconhecer que as leis têm seus prazos, que são fatais, que têm que ser cumpridos, que têm que ser observados.

E o Secretário da Segurança disse que não via o porquê

da pressa se ainda estava dentro do prazo do inquérito que se faz hoje, no Primeiro Exército, para apurar a procedência do atentado Rio-Centro, que todos nós brasileiros, somos um povo contrário à violência. Parta a violência de onde partir.

Não queremos saber se vem da direita ou se vem da esquerda, ou se vem do centro.

Para mim, particularmente, sendo violência, leva o meu repúdio. Mas querer conspurcar também a figura das Forças Armadas e do Exército, ligado a este fato, também é uma ignomínia. Porque, se olharmos um pouco para o passado, vamos ver que das fileiras do Exército saem terroristas também.

Não saiu dali Luiz Carlos Prestes, que hoje e durante muitos anos na clandestinidade, foi o homem que chefiou o Partido Comunista no Brasil?

Não saiu dali Carlos Lamarca, assassino de gente inocente, de bancários, assaltante de bancos, não era um capitão do Exército?

E isso, em nada conspurcou a imagem das Forças Armadas. Então, não podemos nunca partir por este caminho. Não podemos nunca condenar "a priori" o Comandante do Primeiro Exército, como se tenta fazer aqui, nesta tarde. E eu não estou aqui a defendê-lo também.

Hoje, ouvi de alguns Deputados da Oposição — não de Vossa Excelência, mas ouvi pronunciamentos neste mesmo sentido, de que esse ato de terrorismo de Primeiro de Maio foi produto da Extrema-Direita, dos homens que não querem perder os privilégios.

Ora, privilégios no meu entender, é relacionado com o campo econômico. E não me consta que nas Forças Armadas, que 98 por cento dos seus componentes vêm do povo, das camadas mais humildes do povo, haja algum privilégio. Não há privilégio nem inclusive quanto aos seus vencimentos.

Imagine-se privilégio de qualquer outra natureza.

Então, temos que deixar também de lado o envolvimento das Forças Armadas neste episódio. Se não sabemos que a autoria de direita, é de esquerda, é de centro; se as Forças Armadas estão ou não envolvidas? O que nos resta fazer?

É esperar a conclusão do inquérito, é configurar na palavra do Presidente da República, porque o Presidente vem cumprindo rigorosamente, etapa por etapa, todas as promessas no caminho da abertura democrática, e a Oposição não pode acusá-lo nenhum centímetro sequer, que ele tenha se desviado de suas promessas desde o início do seu mandato presidencial. Que aliás vem cumprindo, etapa por etapa, posição por posição.

Quer dizer, até aqui pelo menos, a palavra do Presidente é confiável, nós, brasileiros, confiamos no Presidente. Vamos ver este episódio, vamos aguardar esta conclusão, e vamos ver se os mecanismos que herdamos, os mecanismos policiais que herdamos como bem disse Vossa Excelência, dos ingleses, que as colônias...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não que herdamos. Buscaram inspiração para torná-los veementes, objetivos e violentos.

O Sr. Erondy Silvério — Buscou-se inspiração na Inglaterra, quanto à violência nas suas colônias, na França, nos próprios Estados Unidos, idem, idem.

Apenas Vossa Excelência foi parcial. Esqueceu também que dos mecanismos policiais postos em prática pela Rússia, na Estônia, na Lituânia, na Polônia, na Checoslováquia, na Hungria, na Iugoslávia, na Albânia.

Enfim, vê Vossa Excelência que nós, hoje, estamos aqui no Brasil entre dois fogos: de um lado, esse capitalismo selvagem que tem a representá-lo principalmente os Estados Unidos, Inglaterra e, possivelmente hoje, parte da Alemanha; de outro lado temos o comunismo, as forças totalitárias, representadas pela Rússia.

Então, o nosso posicionamento político no Brasil, hoje, tem que ser um posicionamento maduro. Temos que, realmente, não ter essa paciência — como Vossa Excelência diz que o povo brasileiro já está "perdendo a paciência" — Mas neste caso o nosso posicionamento tem que ser de amadurecimento, temos que esperar, a meu ver, as conclusões do prazo desse inquérito policial que foi instaurado para apurar as responsabilidades do atentado.

Daí sim, após isto, daria razão, se realmente as explicações do Governo não satisfizerem não só Vossa Excelência, mas a maioria do seu povo.

Agradeço e lamento tomar o seu tempo, porque é sempre um prazer ouvi-lo, pelo descortínio de sua inteligência, pela clareza com que expõe suas idéias.

Entretanto, não concordamos com algumas posições de Vossa Excelência, que são contrárias até à uma grande maioria do povo brasileiro. Vossa Excelência não fala em nome da maioria do povo, fala em nome de um segmento da sociedade brasileira, aquela justamente que o trouxe para esta Casa.

Mas, existem outros, maiores, com muito maior potência, principalmente em número de votos, que não pensam como Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e merece um comentário, embora tendo que ser rápido, de dizer que a colocação do Deputado José Tavares...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida, após terminar o meu raciocínio.

... parece-me que foi exatadamente clara, de ser difícil de defender o Governo que se comporta com essa situação.

Temos que entender, Sr. Presidente, que o prazo previsto para apuração de qualquer inquérito, é apenas um prazo finito, é o último que tem; quando, em qualquer situação jurídica, qualquer situação fática, um simples delegado de polícia tem os indícios necessários; em meia-hora ele pode terminar um inquérito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando ele tem o fio e a meada; não há que se esperar o prazo conclusivo.

Isso é próprio da lógica processualística de qualquer fase inquisitória.

Ora, Sr. Presidente, é a isso que nos referimos. Temos mais de cem atentados neste País, e todos os inquéritos, onde chegaram?

O Ministro da Justiça, Sr. Presidente...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei e gostaria que Vossa Excelência aguardasse a hora certa, porque a palavra me pertence.

Sr. Presidente, quando o Ministro da Justiça foi à televisão prontamente, na época da explosão da bomba na OAB, que criou a primeira vítima fatal dos últimos anos, o que aconteceu? Garantiu, perante a Nação, com a palavra empenhada do Governo, através do Ministério da Justiça, que teríamos, em pouco tempo, a apuração dos fatos. Passaram-se oito meses e alguns dias, Sr. Presidente. Vamos completar um ano em agosto.

E daí?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quero concluir, ainda tendo que completar o aparte do Líder do PDS, dizendo que não é um segmento único que está nessa situação.

Hoje, Sr. Presidente, basta ver: é a CNBB, a OAB, a ABI, e diversos setores da sociedade, não só os Partidos da Oposição,

que estão descrentes, contra a apuração dos atentados do Rio Centro.

Além do mais, Sr. Presidente, a condenação "a priori" que fez o Deputado José Tavares, foi a maneira como o Chefe do Primeiro Exército se colocou em homenagear, com todas as honras, um envolvido no fato.

Sr. Presidente, sei que preciso concluir, e Vossa Excelência sente que eu não teria mais tempo, porque também sabemos que já é uma prática utilizada por Vossa Excelência como os demais Deputados, tentar esgotar o nosso tempo, mas poderemos voltar a isso, porque é um assunto que me parece, deveria ser da Ordem do Dia deste Parlamento, como da Nação brasileira.

É só a Nação, em pé, exigindo a responsabilização, que nós vamos chegar à democracia neste País.

Esta é uma verdade que não podemos jamais esquecer, porque o processo de abertura interessa a quem quer democracia, liberdade, justiça social. Não os que atacam na calada da noite, deixam as marcas de seu crime e ainda assim não são punidos.

Sabemos e temos certeza, e já repetimos aqui, mais de trezentas mil pessoas compõem a comunidade de segurança deste País.

É um dos países do mundo que tem o maior instrumento de repressão, de segurança e de investigação. Para cada 400 brasileiros, há um homem de segurança.

Foi pródigo sim, para encontrar Mariguela, para derrubar todos os aparelhos da esquerda radical, como diziam na época, como não são pródigos para agora, trazem à Nação brasileira os responsáveis, quando a Nação sabe que a não apuração do fato é, na verdade, o maior estímulo para a continuidade do terrorismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso da palavra.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso da palavra.

Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para continuar, porque não tive a felicidade de poder apartear, mais uma vez, o Deputado Nelton Friedrich, então uso do horário da Liderança para poder fazê-lo, agora, apenas continuando o assunto.

O que defendemos e que o Deputado José Tavares não entendeu, é uma posição de bom senso, que acho, deve ter, na atualidade, a maioria do povo brasileiro.

A situação realmente, é das mais graves possíveis.

A situação realmente, inspira os maiores cuidados possíveis. Mas não é hora — e fico preocupado quando vejo o Líder do PMDB nesta Casa, ir à tribuna e querer, de uma forma muito inspirada, muito inteligente, como é muito própria do Deputado Nelton Friedrich, que abrilhanta esta Casa com sua vivacidade, com sua cultura, querer, de certa forma, "colocar mais lenha na fogueira".

E vou explicar porque: acho que o momento é de bom senso, e não podemos fazer como fez o brilhante Deputado José Tavares, acusar de uma forma generalizada, por exemplo, as Forças Armadas, em especial o Exército.

Sabemos que todos os segmentos sociais, o meu Partido, o PDS, o Partido de Vossas Excelências, o PMDB, o PP, o PTB, todos os Partidos políticos, as Forças Armadas, a OAB, a CNBB têm, dentro de suas fileiras, homens e mulheres de todas as ideologias. Temos homens e mulheres que pensam das mais extremistas formas possíveis. E o Partido de Vossa Excelência não é o dono da verdade.

Vossa Excelência vem verberar da tribuna, como se o povo brasileiro tivesse, na voz de Vossas Excelências, o dom da verdade.

Tanto isso não é verdade, que o Partido de Vossas Excelências perde substância, nesta Nação, hoje, porque já não representa a verdadeira voz, a verdadeira aspiração do povo desta Nação.

Isso é verdade, tendo em vista que outras entidades, fora dos partidos políticos e do Partido da Oposição, vêm tomando lugar, tomando espaços na defesa daquilo que se entende pela voz da Nação brasileira.

Acho, Sr. Deputado, que a hora é de pensarmos com seriedade e com bom senso, sobretudo. O bom senso eu considero a maior virtude de todas elas, para a homenagem especial para o homem público.

Devemos entender que a hora é difícil.

Haveremos de entender que esta é a hora do bom senso.

Não adianta querermos revirar esta Pátria, novamente.

Acho que o Presidente Figueiredo, com as condições que tem, não sei os detalhes — e aí abro um parêntesis, Vossas Excelências são pródigos em dar informações, em dar estatísticas que não as conheço. Vossas Excelências falam com uma segurança de quem sabe das coisas, como se tivessem, realmente, alguma informação que nenhum homem deste País tem, dizendo, por exemplo, o absurdo que nesta Nação tem 300 mil homens ou mulheres ou pessoas, sob a direção ou sob a tutela dos órgãos de informações.

A estatística deste País já não é das mais fortes, imaginem Vossas Excelências da Oposição fora do Governo.

São informações da cozinha, com informações de dentro da casa.

Vossas Excelências falam desta tribuna e muitas vezes já aparteei algumas, com dados que são irretocáveis, irrepensáveis. Vêm, dizem e está dito. Não está dito, não, porque estamos aqui para contestá-los, para dizer que Vossas Excelências estão faltando, na atualidade brasileira, com uma das qualidades mais importantes, que é o bom senso.

Eu quero, o meu Partido quer a Democracia, não queremos a volta, não queremos a fechadura neste País. Queremos eleições diretas, para prefeitos das capitais, para Presidente da República. Queremos que o povo não passe fome.

Essa bandeira não é a de Vossas Excelências.

Essa bandeira é dos homens que entendem essa Pátria como uma Pátria sofrida, humilhada, mas, se Deus quiser, terá um futuro brilhante pela frente, como uma das potências emergentes deste mundo difícil em que vivemos.

O Sr. Nelton Friedrich — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu só gostaria de dizer mais o seguinte: acho que se a Oposição em especial, o PMDB mais em especial ainda, não tiver o bom senso, não tiver a cabeça no lugar para, todos juntos, procurarmos de uma forma ou de outra um caminho que nos conduza a uma abertura ampla, geral e irrestrita, a uma abertura com as eleições previstas para o ano que vem, se quisermos atropelar os fatos, correremos riscos, como dizem os homens de direita, já nos periódicos livres desta Nação: lembrai-vos de 1968, como aves mau-agourentas, como corvos que só comem carniça e só espreitam na beirada, na calada da noite, para que o País realmente retorne à sombria colocação que teve, desde que em 1968 se instituiu o Ato Institucional número 5, e que um homem, oriundo das Forças Armadas, teve a coragem de assinar um outro ato, deixando este temível AI-5 como fazendo parte apenas da História de exceção da política brasileira.

Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério, que me

solicitou antes o aparte.

O Sr. José Tavares — O Deputado Erondy Silvério não solicitou. Quem solicitou foi este Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Alguém falou aqui na minha Bancada.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu gostaria que Vossa Excelência me assegurasse o aparte, pois estão impedindo que eu faça uso da palavra.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu pediria ao Deputado Quielse que me permitisse e aguardasse um momento.

Eu vou conceder um aparte ao Deputado José Tavares e ao Deputado Lineu Turra, mas não façam ameaças a mim que não dou aparte sob ameaças. Estamos aqui, Deputados, debatendo um assunto muito sério, e acho que nos interessa, a todos nós, como povo, como Nação e eu, absolutamente, não subi aqui com medo de apartes de Vossas Excelências.

Eu os respeito a todos como meus companheiros, como homens inteligentes, capazes e cultos, e realmente não me assusto com as palavras de Vossas Excelências.

Tem o aparte o Deputado José Tavares, pelo tempo que desejar.

O Sr. José Tavares — Muito obrigado.

Só quero dizer que tenho por Vossa Excelência o maior respeito e não sou homem de ameaçar ninguém, nobre Deputado. Se Vossa Excelência se sentiu ameaçado, é um problema de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Da bancada de Vossa Excelência eu ouvi o seguinte: "Ele não dá aparte para a Oposição". Eu ouvi e não sou surdo.

O Sr. José Tavares - mas esse "alguém" Vossa Excelência não pode atribuir a mim.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Se não foi Vossa Excelência, me perdoe.

Alguém da Bancada de Vossa Excelência falou.

O Sr. José Tavares — Está bem.

Só gostaria de dizer o seguinte: "Se conselho fosse bom, não se dava, vendia" e nós agradecemos o conselho de Vossa Excelência, no que diz respeito a posicionamentos que devamos adotar daqui para frente, dado a gravidade do momento que estamos vivendo.

Temos a consciência da gravidade do momento que estamos atravessando. Somos todos responsáveis, homens com compromissos com o povo e em razão disso é que temos tido a coragem de tomar determinados posicionamentos.

Eu, quando falo de membros das Forças Armadas e não delas como um todo, quero dizer o seguinte: que esse atentado do Rio-Centro, não tem o que se esclarecer. Quanto o Secretário de Segurança do Paraná, que é um coronel, um homem do sistema que conhece profundamente...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado, nem sempre o mordomo é o criminoso, apesar das evidências serem assim, às vezes.

Eu prefiro Deputado, em função da gravidade, esperar um pouquinho mais, alguma coisa tem que ser dita a respeito do assunto.

O Sr. José Tavares Vossa Excelência há de convir, que o povo está cansado de esperar. Este caso do Rio-Centro ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — O povo nem está sabendo disso, Deputado, coitado, está passando fome. V.Exa. sabe disso.

O Sr. José Tavares — Sei, graças a esse Governo, que está há dezessete anos, infelicitando a Nação brasileira, que Vossa Excelência defende, inclusive.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — O Brasil, a história brasileira de quase 500 anos, é toda culpa, é toda ela desses últimos quinze anos. Vossa Excelência está sendo muito justo.

O Sr. José Tavares — Eu queria dizer o seguinte, se Vossa Excelência me deixar concluir.

O Secretário da Segurança Pública quando faz essa afirmação de que todo inquérito, de que todo ato criminoso exige um prazo, ele está simplesmente numa posição muito cômoda.

Realmente, a lei estabelece, fixa prazo para o esclarecimento de determinados atos, mas ela fixa como um prazo fatal, um prazo final, para quando há dificuldade de se esclarecer de um ou de outro delito.

Neste caso do Rio-Centro, não há o que se esclarecer, nobre Deputado, a bomba explodiu no colo do sargento que estava dentro de um carro desbaratinado, a serviço dos órgãos de informação.

Vossa Excelência quer convencer-me por acaso, que dois especialistas em informações que eram o sargento que morreu e este capitão que está ferido, iriam ser vítimas de um atentado de uma pessoa menos experiente do que eles?

Isso é brincadeira, é onde então eu coloco suspeição sobre o posicionamento do Comandante do Primeiro Exército, que antes de procurar — se é que tentou e eu duvido — esclarecer a verdadeira autoria do atentado, procura condecorar o sargento que morreu, ir ao seu velório, como forma de demonstrar o seu prestígio, o seu reconhecimento a um herói, quando na realidade, ele ali estava para matar brasileiros inocentes.

Eu concordo com Vossa Excelência quando fala em bom senso. Concordo. O momento, realmente é de ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado Tavares, lamento profundamente não poder ter a inteligência que gostaria de ter, a cultura que gostaria de ter, a experiência que gostaria de ter, para poder talvez, com outras palavras, tentar convencer Vossa Excelência da real intenção das minhas palavras.

O que Vossas Excelências não entendem, às vezes, ou não querem entender, é que a minha posição pessoal ... No último mandato de Deputado, que ainda Vossa Excelência não estava na Casa, 74/78, eu era, no meu Partido, na então ARENA, tido como rebelde. Porque eu defendia eleição direta, era contra o AI-5, e defendo até hoje.

Então, Deputado, quero dizer o seguinte: não estou aqui para defender Governo, este é o primeiro engano de Vossas Excelências, engano crasso. Estava defendendo uma posição de consenso, aguardando que os fatos falassem.

O Sr. José Tavares — Aguardando o que, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu sei disso, é da cartilha primária que os prazos têm um prazo máximo. Evidentemente, se um prazo qualquer processual, de inquérito policial ou administrativo tem trinta dias, se pode apurar em duas horas, isto é óbvio, Deputado. Isto não precisa ser nem doutor em letras jurídicas para saber que isto é possível. Qualquer um de nós sabe.

Agora, o que quero dizer é que, como o fato é delicado e Vossa Excelência sabe porquê, não preciso repetir novamente aqui — as exigências são aquelas, todos sabemos. Não precisamos falar sobre evidências, mas falar sobre fatos e resultados.

Esse o posicionamento do Secretário de Segurança do Estado, que quer aguardar que a lei que dá os prazos para que se estabeleçam um resultado...

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência concorda que neste caso do Rio-Centro não há o que aguardar?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado, acho que há o que se aguardar.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Queria dedicar este minuto ao

Deputado Quielse Crisóstomo, a quem peço perdão por não ter dado a palavra a Vossa Excelência, em função dos pedidos reiterados do nosso companheiro José Tavares.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Participo de sua abertura democrática, como orador.

Nobre Deputado, para ser breve nestes poucos minutos, poucos segundos até mesmo que me restam para dizer que em todo o mundo, os agitadores e os terroristas, a História antiga e a História moderna estão a determinar, são os descontentes com o Governo.

Somente no Brasil é que se pretende dizer e, naturalmente, são os mesmos que fazem as agitações e o terrorismo, fazem e atribuem ao próprio Governo. Seria uma nova cátedra a ser defendida na tese da política de todos os tempos. Somente no Brasil, o Governo faz terrorismo contra si próprio.

Não acusamos as Oposições do Brasil de fazer terrorismo, porque acreditamos que muito antes dos interesses de mudar um Governo, devem os homens públicos desta Casa e de todas as Casas de Leis do País, das Oposições também, pensar que a paz de um País continente como o nosso, está acima dos interesses pessoais.

Mas, se algum Partido pudesse ser acusado de participar de terrorismo, seriam aqueles que estão contra o Governo.

Jamais, em momento algum, poderia se admitir que aquele que está mandando, fizesse agitação popular contra seu próprio mandato.

Então, nobre Deputado, Vossa Excelência, da tribuna, diz bem, calamos não por ignorância e muito menos por medo. Isto não existe nem em mim e nem em Deputado algum do PDS.

Existe respeito, Sr. Presidente. Porque, acusar um partido que se diz democrático, de participação terrorista, é ser terrorista. Se alguém sabe quem é o terrorista, qual é o nome dele?

Já que eles sabem, digam quem são os terroristas. Ai então esclarecemos o problema.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE BANDEIRANTES, com sede e foro em Bandeirantes. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado** :

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/81, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA — ARA, com sede e foro na cidade de Pérola. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado** :

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ, com sede e foro em Curitiba, Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução n.º 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 02/81, (Mens. Govern. n.º 02/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado**.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 02, 03, 04 05, 06 e 07/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/81.

Levanta-se a Sessão.